



## **CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO E TABELA DE TEMPORALIDADE E DESTINAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS RELATIVOS ÀS ATIVIDADES-FIM DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - IFES**

### **BIBLIOGRAFIA**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10519**: Critérios de avaliação de documentos de arquivo. Rio de Janeiro, 1988. 5 p.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005. 6 p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. Comissão de Desenvolvimento Acadêmico. **Convênio que entre si celebram as instituições federais de ensino superior visando ao programa de mobilidade acadêmica**. Brasília, 2010. 14 f.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128 p.

FULGENCIO, Paulo César. **Glossário vade mecum**: administração pública, ciências contábeis, direito, economia e meio ambiente. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. 680 p.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 128 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). Diretoria de Tratamento e Informações Educacionais. Centro de Informação e Biblioteca em Educação. **Thesaurus brasileiro da educação**. Brasília, [s.d]. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

LETA, Fabiana Rodrigues; PORTO, S. **Planejamento de atividades de estágio em docência**. Niterói: Centro Tecnológico, Universidade Federal Fluminense, 2000.

MARTINS, Maria Cristina Ramos. **Planejamento e projeto político pedagógico**: em enfoque operacional. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/4038/1/planejamento-e-projeto-politico-pedagogico/pagina1.html>>. Acesso em: 27 set. 2009.

MASETTO, Marcos Tarcísio. (Org). **Docência na universidade**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

MOREIRA, Daniel Augusto (Org). **Didática do ensino superior**: técnicas e tendências. São Paulo: Pioneira, 1997. 186 p.

PONTOS de reflexão sobre o estágio de docência. **Jornal da Ciência**, [São Paulo], n. 1277, maio 1999. Disponível em: <[www.ime.usp.br/~song/diretor/estagio-docencia-sbpc.html](http://www.ime.usp.br/~song/diretor/estagio-docencia-sbpc.html)>. Acesso em: 27 set. 2009.

SILVA, Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1967. v. 1 e 2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Inova UFMG**: portal de empreendedorismo UFMG. Apresenta a Inova-UFMG incubadora de empresas de base tecnológica, concebida para apoiar e fortalecer empresas e projetos pioneiros. Belo Horizonte, Finaltec, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.inova.ufmg.br/portal/modules/wfchannel/>>. Acesso em: 19 jan. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Assessoria para Assuntos Internacionais**. Apresentam a Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI) da Universidade Federal Fluminense (UFF) que tem por objetivo estimular e facilitar o processo de internacionalização da Universidade provendo suporte administrativo às atividades de intercâmbio e cooperação internacional. Niterói, [2007]. Disponível em: <[www.gar.uff.br/aai/aai.htm](http://www.gar.uff.br/aai/aai.htm)>. Acesso em: 9 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Creche**. Supervisão de Maria Vittoria Pardal. Criação de Duda Itajahy. Webdesigner de Ingrid de Almeida Lopes. Apresenta os serviços oferecidos pela creche da UFF. Niterói, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.uff.br/creche/historico.html>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos. **Regulamento dos cursos de graduação**. Niterói, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.uff.br>>. Acesso em: 27 set. 2009.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Programa de mobilidade estudantil**. Curitiba, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-relacoes-interinstitucionais/intercambio/o-que-e/>>. Acesso em: 22 mar 2011.

## Referências Legislativas

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de lei 8035/2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=490116](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=490116)>. Acesso em: 30 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o regulamento da previdência social, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 maio 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/D3048.htm>>. Acesso em: 27 de ago 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D3298.htm>>. Acesso em: 2 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)>. Acesso em: 15 set.2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)>. Acesso em: 24 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 out. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Decreto/D5563.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5563.htm)>. Acesso em: 23 set 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de nov. 2005. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5591.htm).> Acesso em: 29 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.598, de 1 de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 dez. 2005. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2005/5598.htm>>. Acesso em: 24 set 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 17 set 2009

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 18 ago 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm)>. Acesso em: 18 ago 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm)>. Acesso em: 1 out 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 77.077, de 24 de janeiro de 1976. Expede a Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS). **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 fev. 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/1970-1979/D77077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1970-1979/D77077.htm)>. Acesso em: 27 ago 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 85.862, de 31 de março de 1981. Atribui competência às Instituições de Ensino Superior para fixar as condições necessárias ao exercício das funções de monitoria e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 mar. 1981. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=126571>>. Acesso em: 16 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 89.758, de 6 de junho de 1984. Dispõe sobre a matrícula de cortesia, em cursos de graduação, em Instituições de Ensino Superior, de funcionários estrangeiros de missões diplomáticas, repartições consulares de carreira e organismos internacionais, e de seus dependentes legais, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jun. 1984. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=128794>>. Acesso em: 24 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte, com a alteração da Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 18 nov. 1987. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D95247.htm>> Acesso em: 27 out 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 22 out. 1969. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del1044.htm>>. Acesso em: 24 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.713, de 28 de outubro de 1939. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 31 dez. 1939. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/1937-1946/Del1713.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das contravenções penais. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 3 out. 1941. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del3688.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial, que estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais e, ainda, dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. **Coleção das Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 31 dez. 1942. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/24/1942/4073.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.119, de 21 de fevereiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 24 fev. 1942. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/24/1942/4119.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2009. Retificado no DOU de 9 jan 1943.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 9 ago. 1943.

Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del5452compilado.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 7.121, de 4 de dezembro de 1944. Transfere a escola técnica de Niterói para a cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, e a ela incorpora a escola industrial de Campos. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 1944. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/24/1944/7121.htm>>. Acesso em: 3 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 8.590, de 8 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a realização de exercícios escolares práticos sob a forma de trabalho industrial nas escolas técnicas e escolas industriais, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 10 jan. 1946. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/24/1946/8590.htm>>. Acesso em: 3 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 8.680, de 15 de janeiro de 1946. Dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, (Lei Orgânica do Ensino Industrial). **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 17 jan. 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8680.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8680.htm)>. Acesso em: 10 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 9.183, de 15 de abril de 1946. Dá nova redação ao item II do art. 30 do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. (Lei Orgânica do Ensino Industrial). **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 17 abr. 1946. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126561/decreto-lei-9183-46>>. Acesso em: 10 set. 2009

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 9.498, de 22 de julho de 1946. Divide o ano escolar em dois períodos letivos. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 24 jul. 1946. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/24/1946/9498.htm>>. Acesso em: 15 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 28, de 15 de fevereiro de 1947. Dá nova redação ao art. 26 do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, e estabelece outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 25 fev. 1947. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/>>. Acesso em: 19 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 17 fev. 1959. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1959/3552.htm>>. Acesso em: 22 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 set. 1960. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1960/3807.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 set. 1962. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L4131.htm>>. Acesso em: 23 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. Lei do serviço militar. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 set. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4375.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4375.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 abr. 1975. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1970-1979/L6202.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6202.htm)>. Acesso em: 29 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975. Dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 jul. 1975. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1975/6226.htm>>. Acesso em: 23 set 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.503, de 13 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a educação física, em todos os graus e ramos do ensino. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 dez. 1977. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6503.htm>>. Acesso em: 27 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.864, de 1 de dezembro de 1980. Estende aos servidores estaduais e municipais, nas condições que menciona, a contagem recíproca de tempo de serviço para aposentadoria, de que trata a Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 dez. 1980. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1980/6864.htm>>. Acesso em: 23 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.144, de 23 de novembro de 1983. Estabelece prazo para prescrição do direito de ação contra atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na administração federal direta e nas autarquias federais. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 nov. 1983. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1980-1988/L7144.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7144.htm)>. Acesso em: 29 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985. Institui o vale-transporte e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 dez 1985. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L7418.htm#art1§1>>. Acesso em: 27 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.515, de 10 de julho de 1986. Estabelece prazo para prescrição do direito de ação contra atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na administração direta do Distrito Federal e nas suas autarquias. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jul. 1986. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=130388>>. Acesso em: 29 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987. Altera dispositivos da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o vale-transporte. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 out. 1987. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L7619.htm>>. Acesso em: 7 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.692, de 20 de dezembro de 1988. Dá nova redação ao disposto na Lei nº 6.503, de 13 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L7692.htm>>. Acesso em: 27 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

**Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L7853.htm>>. Acesso em: 27 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8212orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212orig.htm)>. Acesso em: 28 de out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da seguridade social institui plano de custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8212orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212orig.htm)>. Acesso em: 28 de out. 2009. Republicado no Diário Oficial da União de 14 ago. 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm)>. Acesso em: 27 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994. Altera dispositivo das Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 maio 1994. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1994/8870.htm>>. Acesso em: 28 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8958.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8958.htm)>. Acesso em: 27 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 maio 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9279.htm>>. Acesso em: 29 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abr. 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9456.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997. Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que trata da transferência ex officio). **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9536.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9536.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 fev. 1998, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2011. Retificado no Diário Oficial da União em 17 fev. 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9609.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9609.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L10048.htm>>. Acesso em: 9 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002. Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, altera as tabelas de vencimento básico dos professores do ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus, integrantes dos quadros de pessoal das instituições federais de ensino, e altera dispositivos da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/LEIS/2002/L10405.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/2002/L10405.htm)>. Acesso em: 16 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e da outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 20 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm)>. Acesso em: 14 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm)>. Acesso em: 14 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei no 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória no 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5o, 6o, 7o, 8o, 9o, 10 e 16 da Lei no 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 mar. 2005 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm#art42](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm#art42)>. Acesso em: 15 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências. **Diário**



**Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 nov. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/LEI/L11196compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/LEI/L11196compilado.htm)>. Acesso em: 14 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm)>. Acesso em: 14 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.794, 8 de outubro de 2008. Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 out. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11794.htm)> Acesso em: 24 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 out. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12061.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12061.htm)> . Acesso em: 15 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001. Institui o auxílio-transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 ago. 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/MPV/2165-36.htm>>. Acesso em: 27 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Resolução Normativa nº 01**, de 20 de junho de 2006. Dispõe sobre a instalação e o funcionamento das Comissões Internas de Biossegurança (CIBios) e sobre os critérios e procedimentos para requerimento, emissão, revisão, extensão, suspensão e cancelamento do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB). Disponível em: <<http://www.prp.ufla.br/nintec/biosseguranca/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20normativa%20no%201%20de%2020%20de%20junho%20de%202006-CTNBIO.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Departamento de Assuntos Universitários. Portaria DAU/MEC nº 33, de 2 de agosto de 1978. Normas para o processamento do registro dos diplomas de curso superior nas Universidades Oficiais delegadas. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 ago. 1978. Disponível em: <<http://www.diplomas.ufscar.br/Curso/Outros%20docs%2050CRA/PortDAUMEC33-78%20&%20Parecer%20379-04.doc>>. Acesso em: 27 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jul. 2004. Disponível em: <<http://www0.ufu.br/enade2009/enade/PortariaN2051.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de

curso, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 nov. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria3284.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Ensino Superior. Portaria nº 255 de 20 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o arquivamento de livros e documentos referentes às atividades dos estabelecimentos de ensino. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 dez. 1990. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cepe/legislacao/Portaria%20255-90%20MEC.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Parecer CJ/MPAS nº 24**, de 11 de novembro 1982. Menor aprendiz. Aprendizagem durante a vigência do Decreto-Lei nº 4.073/42 nas escolas e cursos por ele abrangidos. Tempo de serviço para fins previdenciários. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/60/1982/24.htm>>. Acesso em: 27 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério de Estado dos Negócios da Fazenda. Portaria MF nº 436, de 30 de dezembro de 1958. Estabelece coeficientes percentuais máximos para a dedução de *royalties*, pela exploração de marcas e patentes, de assistência técnica, científica, administrativa ou semelhante, amortização, considerados os tipos de produção, segundo o grau de essencialidade. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, [30 dez 1958]. Disponível em: <[http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/contrato/pasta\\_legislacao/oculto/po\\_436\\_58\\_html](http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/contrato/pasta_legislacao/oculto/po_436_58_html)>. Acesso em: 27 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Recursos Humanos. **Orientação Normativa nº 7**, de 30 de outubro de 2008. Estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/politicas\\_juventude/orientacao\\_normativa\\_n7.pdf](http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/orientacao_normativa_n7.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. Súmula TCU nº 96, de 16 de dezembro de 1976. **Boletim do Tribunal de Contas da União**, Brasília, DF, v. 60, n. 6, dez. 2007. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/unidades/sefip/legislacao/sumulastcu.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (Rio de Janeiro). Conselho de Professores. **Resolução nº 2**, de 16 de setembro de 2004. Dispõe sobre condições para pedidos de trancamento, destrancamento e de transferência de matrícula para o CEFET-RJ. Disponível em: <[http://www.cefet-rj.br/ensino/documentos/medio\\_MANUAL\\_DO\\_ALUNO\\_2008.pdf](http://www.cefet-rj.br/ensino/documentos/medio_MANUAL_DO_ALUNO_2008.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Ensino Superior. Parecer CFE/CES nº 977, de 3 de dezembro de 1965. Conceitua Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, [20 jan. 1966]. Disponível em: <[http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/lpa977\\_65.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/lpa977_65.htm)>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 2**, de 24 de fevereiro de 1981. Autoriza a concessão de dilatação do prazo de conclusão do curso de graduação aos alunos portadores de deficiência física, afecções congênitas adquiridas. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2\\_81.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_81.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Resolução CFM nº 1.821, de 11 de julho de 2007. Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação

do papel e a troca de informação identificada em saúde. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 nov. 2007. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2007/1821\\_2007.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2007/1821_2007.htm)>. Acesso em: 29 set. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001. Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução nº 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividades-meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 fev. 2002. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 25 out. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 28 de janeiro de 2002. Estabelece normas para revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 fev. 2002. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13192:resolucao-ces-2002&catid=323:orgaos-vinculados](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13192:resolucao-ces-2002&catid=323:orgaos-vinculados)>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Câmara de Ensino Superior. Parecer CNE/CES nº 142, de 31 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o funcionamento dos cursos de pós-graduação. Aprecia a Indicação CES 03/2000, que propõe a constituição de comissão para analisar a questão da validade de títulos expedidos por instituições brasileiras associadas a instituições estrangeiras, ou expedidos diretamente por instituições estrangeiras. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 mar.2001. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1299:pos-graduacao-normativos&catid=323:orgaos-vinculados](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1299:pos-graduacao-normativos&catid=323:orgaos-vinculados)>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 abr.2001. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces001\\_01.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces001_01.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 16, de 4 de novembro de 1997. Normas para simplificação dos registros e do arquivamento de documentos escolares. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 nov. 1997. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13276:parecer-cp-1997&catid=323:orgaos-vinculados](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13276:parecer-cp-1997&catid=323:orgaos-vinculados)>. Acesso em: 27 set. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 001**, de 13 de junho de 1988. Normatiza a pesquisa na área de saúde. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso\\_88.htm](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_88.htm)>. Acesso em: 4 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Comitê de Ética em Pesquisa. **Resolução nº 196**, de 10 de outubro de 1996. Aprovar as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso\\_96.htm](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNS nº 251/97**, de 07 de agosto de 1997. Aprovar as normas de pesquisa envolvendo seres humanos para a área temática de pesquisa com novos fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/1997/Reso251.doc>>. Acesso em 24 de mar. 2011.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (Brasil). Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos. **Parecer nº 17/2003 – PR/CONADE**, de 2 de setembro de 2003. Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/conade>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 17, de 8 de outubro de 2003. Nova redação da caracterização das deficiências auditiva e visual para o art. 4º, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 out. 2003. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/conade/>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Brasil). Portaria CAPES nº 51, de 11 de junho de 2004. Fixa normas e procedimentos para a avaliação anual de propostas de cursos de mestrado e doutorado e define a concepção do aplicativo a ser utilizado para o encaminhamento de tais propostas. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2004. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Ffinep%2Fprolei%2FDocumento%2F-7311002490682721890>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). **Ato Normativo nº 126**, de 5 de março de 1997. Regulamenta o procedimento de depósito previsto nos arts. 230 e 231 da Lei nº 9.279, de 1996. Disponível em: <[http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/patente/pasta\\_legislacao/ato\\_126\\_96\\_html](http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/patente/pasta_legislacao/ato_126_96_html)>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Ato Normativo nº 127**, de 5 de março de 1997. Dispõe sobre a aplicação da Lei de propriedade industrial em relação às patentes e certificados de adição de invenção. Disponível em: <[http://www.inpi.gov.br/menu-superior/legislacao/pasta\\_legislacao/ato\\_127\\_97\\_html](http://www.inpi.gov.br/menu-superior/legislacao/pasta_legislacao/ato_127_97_html)>. Acesso em: 27 set. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (Brasil). Instrução Normativa INSS/PRES nº 20, de 10 de outubro de 2007. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 out. 2007. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/38/inss-pres/2007/20.HTM>>. Acesso em: 28 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa INSS/PRES nº 40, de 17 de julho de 2009. Altera Instrução Normativa INSS/PRES nº 20, de 10 de outubro de 2007. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jul. 2009. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/38/inss-pres/2009/40.htm>>. Acesso em: 28 set. 2009.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação. **Resolução nº 001**, 24 de fevereiro de 2003. Trata do credenciamento de orientadores. Disponível em: <[http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/legislacao/resolucao\\_CPP\\_012003.pdf](http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/legislacao/resolucao_CPP_012003.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 5**, de 24 de abril de 1990. Fixa normas para trancamento de matrícula. Disponível em: <<http://www.legis.cpd.unb.br/catlegis/legis/cepe005-90.doc>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 008**, 26 de outubro de 1990. Dispõe sobre o Sistema de Monitoria na UnB Disponível em: <[http://www.unb.br/administracao/diretorias/daia/arquivos/resolucao\\_monitoria.pdf](http://www.unb.br/administracao/diretorias/daia/arquivos/resolucao_monitoria.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 16**, de 9 de dezembro de 1986. Fixa normas sobre o trancamento de matrícula nos cursos de graduação. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ft/ft/atualizacao/CCG/ccg12.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 91**, de 30 de julho de 2004. Regulamenta os programas de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Disponível em: <[http://www.pgcs.unb.br/6-1-resolucao\\_cep\\_912004.pdf](http://www.pgcs.unb.br/6-1-resolucao_cep_912004.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 171**, de 25 de setembro de 2006. Regulamenta o credenciamento e o registro de pesquisadores colaboradores que realizam pesquisa na Universidade de Brasília. Disponível em: <[http://efl.unb.br/arq\\_pdf/RESOLUCAO\\_CEPE\\_171\\_2006.pdf](http://efl.unb.br/arq_pdf/RESOLUCAO_CEPE_171_2006.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. Conselho Superior de Administração. **Resolução nº 1.132**, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre atividades de prestação de serviços na Universidade Federal do Pará, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.proex.ufpa.br/arquivos/legislacao/res\\_1132.pdf](http://www.proex.ufpa.br/arquivos/legislacao/res_1132.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 22**, de 22 de julho de 1996. Regulamenta as matrículas prévia, institucional e em disciplinas, dita normas e procedimentos complementares ao Regimento Geral sobre matrícula e interrupção de estudos nos cursos de graduação e revoga a Resolução nº 15, de 1996. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1996/RSEP9622.html>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 5**, de 10 de março de 1983. Fixa normas de funcionamento e credenciamento dos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu. Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/coletanea/inicialold.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 6**, de 11 de maio de 2000. Revalidação e reconhecimento de graus, títulos, diplomas e certificados de cursos ou programas de pós-graduação nacionais ou estrangeiros. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2000/Rsep0006.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 6**, de 11 de março 2003. Estabelece normas para o Programa Estudante Convênio – Rede Pública (PEC-RP) e revoga as Resoluções 36/98 e 50/99 ambas da CONSEPE. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2003/Rsep062003.htm>>. Acesso: 30 de mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 7**, de 26 de fevereiro de 1997. Modifica o art. 20 da Resolução nº 26, de 1996, do CONSEPE, que fixa normas para criação e funcionamento de Núcleos de Pesquisa e Extensão. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1997/RSEP9707.html>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 12**, de 2 de agosto de 2000. Altera a Resolução nº 43, de 1996, do CONSEPE e dá nova redação ao Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2000/Rsep0012.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 22**, de 22 de julho de 1996. Regulamenta as matrículas prévia, institucional e em disciplinas, dita normas e procedimentos complementares ao Regimento Geral sobre matrícula e interrupção de estudos nos cursos de graduação e revoga a Resolução nº 15, de 1996, do CONSEPE. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1996/RSEP9622.html>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 28**, de 7 de agosto de 1996. Autoriza a Pró-Reitoria de Graduação a prorrogar os prazos de integralização curricular e a cancelar a matrícula prévia nas condições que especifica e revoga a Resolução nº 65, de 1988, deste Conselho. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1996/RSEP9628.html>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. **Resolução nº 6**, de 24 de maio de 2002. Autoriza a Pró-Reitoria de Administração e Finanças a efetuar as adequações emergenciais na Estrutura do Organograma da UEMT em conformidade com a Lei nº 100/2002. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2000/RUNI0006.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Graduação. **Portaria G/PRG nº 1**, de 30 de janeiro de 1997. Identifica situações nas quais não se aplica o termo "em casos de força maior", referido nas Resoluções nº 22 e nº 28, de 1996, ambas do CONSEPE, e estabelece procedimentos complementares. Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/coletanea/p0197.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura. **Resolução nº 572**, de 1 de outubro de 2002. Aprova o novo Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu. Disponível em: <[http://www.ufg.br/consultas/resolucoes/arquivos/Resolucao\\_CEPEC\\_2002\\_0572.pdf](http://www.ufg.br/consultas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2002_0572.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 742**, de 5 de julho de 2005. Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu. Disponível em: <[http://www.ufg.br/consultas/resolucoes/arquivos/Resolucao\\_CEPEC\\_2005\\_0742.pdf](http://www.ufg.br/consultas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2005_0742.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. **Resolução nº 6**, de 20 de setembro de 2002. Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) e revoga as disposições em contrário. Disponível em: <<http://www.vestibular.ufg.br/pspreenchimentovagas2010-1/anexoii.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Portaria 11.862**, de 07 de agosto de 2000. Institucionaliza o Comitê de Ética em Experimentação Animal. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/bioetica/cetea/>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 8**, de 14 de junho de 2007. Institucionaliza o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais e aprova seu regimento. Disponível em: <[http://www.ufmg.br/bioetica/coep/index.php?option=com\\_content&task=view&id=17&Itemid=29](http://www.ufmg.br/bioetica/coep/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=29)>. Acesso em: 24 de mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 3**, de 22 de junho de 2006. Regulamenta o estágio em cursos de Graduação e revoga a Resolução nº 10, de 2005. Disponível em: <[http://www.ufmg.br/reuni/wp-content/uploads/resolucao\\_03\\_2006.doc](http://www.ufmg.br/reuni/wp-content/uploads/resolucao_03_2006.doc)>. Acesso em: 21 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Graduação. **Resolução Complementar nº 1**, de 27 de outubro de 2009. Aprova as Normas Gerais de Pós-Graduação. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/prpg/download/camara/ngpg.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **Resolução Complementar nº 1**, de 25 de outubro de 1990. Transforma as Normas Gerais de Ensino de Graduação em Resolução Complementar. Disponível em: <[http://www.ufmg.br/prograd/index.php?option=com\\_content&task=view&id=56&Itemid=90](http://www.ufmg.br/prograd/index.php?option=com_content&task=view&id=56&Itemid=90)>. Acesso em: 19 jan. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 9**, de 4 de julho de 2007. Dispõe sobre as atividades de extensão e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/progepe/bo/antigos/2007/bo2007/bo2007.29.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 10**, de 17 de julho de 2008. Estabelece normas para a criação, coordenação, organização e funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu na Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/propeq/images/propeq/Legislacao/Resolucao/resolucao\\_10\\_08.pdf](http://www.ufpe.br/propeq/images/propeq/Legislacao/Resolucao/resolucao_10_08.pdf)>. Acesso em 28 mar.2011.

\_\_\_\_\_. Conselho de Administração. **Resolução nº 1**, 30 de novembro de 1999. Aprova o Regimento Interno das Casas dos Estudantes Universitários (CEU's). Disponível em: <[http://www.ufpe.br/ufpenova/images/conselhos\\_superiores/administracao/res%2099%201%20C%20Adm.doc](http://www.ufpe.br/ufpenova/images/conselhos_superiores/administracao/res%2099%201%20C%20Adm.doc)>. Acesso em: 14 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 2**, de 4 de julho de 2002. Regulamenta o programa de bolsas de manutenção acadêmica. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/ufpenova/images/conselhos\\_superiores/administracao/res022CAdm.doc](http://www.ufpe.br/ufpenova/images/conselhos_superiores/administracao/res022CAdm.doc)>. Acesso em: 14 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. **Resolução nº 3**, de 24 de novembro de 2008. Altera dispositivo do Regimento Geral da Universidade referente aos prazos e normas para cancelamento de disciplina, trancamento de semestre e estabelece regras complementares de matrícula e recusa de matrícula. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/proacad/images/documentos/resolucoes/Resolucoes\\_Aprovadas\\_no\\_Conselho\\_Universitario/res\\_2008\\_03\\_cons\\_univ\\_trancamento\\_e\\_cancelamento.pdf](http://www.ufpe.br/proacad/images/documentos/resolucoes/Resolucoes_Aprovadas_no_Conselho_Universitario/res_2008_03_cons_univ_trancamento_e_cancelamento.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 5**, de 20 de dezembro de 2005. Regulamenta a Prestação de Serviços externos por parte de docentes e servidores técnico-administrativos. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/proext/images/Legislacoes/Res%202005%205%20CU.doc>>. Acesso em: 14 out. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. **Resolução nº 3.298**, de 7 de março de 2005. Dispõe sobre as atividades de Extensão. Disponível em: <[http://www.proex.ufpa.br/arquivos/legislacao/res\\_3298.pdf](http://www.proex.ufpa.br/arquivos/legislacao/res_3298.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 3.359**, de 14 de julho de 2005. Institui o Regimento Geral dos Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu. Disponível em: <[http://www.propep.ufpa.br/arq\\_download/documentos/Resolucao3359.pdf](http://www.propep.ufpa.br/arq_download/documentos/Resolucao3359.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 3.633**, de 18 de fevereiro de 2008. Aprova o Regulamento do Ensino de Graduação. Disponível em: <[http://www.ufpa.br/sege/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consepe/2008/Microsoft%20Word%20-%203633.pdf](http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2008/Microsoft%20Word%20-%203633.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. **Resolução nº 661**, de 31 de março de 2009. Aprova o Regimento da Escola de Aplicação. Disponível em: <[http://www.ufpa.br/sege/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consun/2009/Microsoft%20Word%20-%20661%20RES%20ESC%20APLICACAO.pdf](http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2009/Microsoft%20Word%20-%20661%20RES%20ESC%20APLICACAO.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Diretoria de Assistência e Integração Estudantil. **Instrução Normativa PROEX/DAIE nº 1**, de 8 de junho de 2008. Expedir a presente Instrução Normativa para tornar pública a norma orientadora das inscrições e seleção para bolsistas para Bolsa Permanência. Disponível em: <[http://www.proex.ufpa.br/arquivos/editais/intrucao\\_normativa\\_bolsa\\_permanencia\\_%202009.pdf](http://www.proex.ufpa.br/arquivos/editais/intrucao_normativa_bolsa_permanencia_%202009.pdf)> Acesso em: 19 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **Edital nº 5/2009 PROEX**, de 28 de maio de 2009. Seleção Pública para recebimento de apoio financeiro – Bolsa Permanência. Disponível em: <[http://www.proex.ufpa.br/arquivos/editais/edital\\_bolsa\\_%20permanencia.pdf](http://www.proex.ufpa.br/arquivos/editais/edital_bolsa_%20permanencia.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho de Ensino e Graduação. **Resolução CEG nº 06**, de 25 de agosto de 2004. Normas básicas referentes ao Programa de Mobilidade Acadêmica na UFRJ. Disponível em: <[http://www.pr1.ufrj.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=281&Itemid=162](http://www.pr1.ufrj.br/index.php?option=com_content&task=view&id=281&Itemid=162)>. Acesso em: 24 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução CEG nº 01**, de 13 de março de 2008. Norma para concessão e renovação de auxílio estudante. Disponível em: <<http://www.poli.ufrj.br/arquivos/auxilio%20ao%20estudante/Resolucao%20CEG%200108.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 3**, de 2 de abril de 2008. Normas para trancamento de matrícula. Disponível em: <[http://www.eq.ufrj.br/graduacao/resolucoes/resoltrancammatricula\\_ceg03\\_2008.pdf](http://www.eq.ufrj.br/graduacao/resolucoes/resoltrancammatricula_ceg03_2008.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino para Graduados. **Resolução CEPG nº 02**, de 14 de março de 1997. Dispõe sobre a criação e atribuições gerais do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRJ. Disponível em: <<http://www.pr2.ufrj.br/site/index.php/pr2/listCEPG/1997>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 39**, de 8 de julho de 2009. Aprovar nova redação para o artigo 41, da Resolução nº 17, de 2007 do CEPE. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cepe/legislacao/Res39-09.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 51**, de 18 de setembro de 2008. Aprova alterações no inciso I, do Artigo 54, e no Artigo 57, da Resolução nº 17, de 2007 do CEPE, referente às Normas Básicas da Graduação. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cepe/legislacao/Res%2051-2008.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 17**, de 30 de maio de 2007. Estabelece as normas básicas da graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como sobre o controle e o registro de suas atividades acadêmicas. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/engele/Res17-2007.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 3**, de 14 de janeiro de 2009. Aprovar a inclusão de um parágrafo no artigo 32, da Resolução nº 17, de 2007, do CEPE referente às Normas Básicas da Graduação na UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cepe/legislacao/Res03-09.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Norma de Serviço nº 491**, de 18 de novembro de 1989. Normatiza o sistema de funcionamento do restaurante universitário (SRU) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.uff.br/dac/normaDESERVICO491de18-11-1998.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Norma de Serviço nº 558**, de 29 de junho de 2005. Revoga a Norma de Serviço nº 553, de 6 de dezembro de 2004, para regulamentar, no âmbito desta Universidade a concessão do



auxílio-transporte. Disponível em: <<http://www.uff.br/dac/normaDESERVICO558de29-06-2005.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Norma de Serviço nº 564**, de 11 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a execução do programa bolsa de apoio emergencial. Disponível em: <<http://www.uff.br/dac/comunicado2.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Norma de Serviço nº 565**, de 20 de janeiro de 2006. Inclui novo dispositivo à Norma de Serviço nº 558, de 29 de junho de 2005, relativa ao programa auxílio-transporte, acrescentando parágrafo único ao art. 7º, e dá-lhe {nova} redação. Disponível em: <<http://www.uff.br/dac/normaDESERVICO565%20de%2020-01-2006.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Norma de Serviço nº 567**, de 7 de abril de 2006. Inclui novos dispositivos à Norma de Serviço nº 565, de 20 de janeiro de 2006, relativa ao programa auxílio-transporte, acrescentando, alínea “C” ao artigo 6º e transformando o parágrafo único do mesmo artigo em 1º, acrescentando os parágrafos 2º e 3º. Disponível em: <<http://www.uff.br/ac/norma-de-servico567.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino e Pesquisa. **Resolução nº 151**, de 5 de setembro de 2007. Criação da Escola de Extensão. Disponível em: <<http://www.uff.br/conselhos/cep/resolucoes/2007/151-2007.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 387**, de 19 de dezembro de 2008. Normaliza a atividade de estágio na Universidade Federal Fluminense, cria o Sistema de Administração de Estágio– SAE e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.uff.br/ess/images/stories/Download\\_Estgio/15\\_-\\_Resoluo\\_387-2008.pdf](http://www.uff.br/ess/images/stories/Download_Estgio/15_-_Resoluo_387-2008.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 244**, de 27 de setembro de 2006. Regulamento dos cursos de graduação. Disponível em: <[http://www.uff.br/ess/regulamento\\_2006.pdf](http://www.uff.br/ess/regulamento_2006.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução CEP nº 14**, de 26 de janeiro de 2005. Redefine as atividades de extensão no âmbito desta instituição e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.proex.uff.br/docs/reso142005.doc>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução CUV nº 150**, [de 2003]. Aprova regimento interno da PROEX. Disponível em: <<http://www.proex.uff.br/docs/>>. Acesso em: 27 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos. **Instrução de Serviço nº 1**, de 5 de janeiro de 2009. Estabelece critérios para operacionalização do programa de monitoria com vista ao ano letivo de 2009. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/files/Instru%C3%A7%C3%A3o%20de%20Servi%C3%A7o%2001-2009.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2009.